APRESENTAÇÃO

O TEMPO DO MUNDO PARA O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO[1]

Ivan Oliveira[2]
Carlos Pincemin[3]
Pedro Silva Barros[4]

O mundo passa por transformações geopolíticas e econômicas, aceleradas com a pandemia da covid-19, que implicam o aumento das desigualdades internacionais e domésticas e a urgência de soluções para a crise climática global, com efeitos heterogêneos, mas particularmente relevantes em países pobres e em desenvolvimento.

O aumento do endividamento global para lidar com o contexto anormal dos últimos anos tem igualmente especial repercussão sobre países pobres e em desenvolvimento. A explosão de dívida pública no último quinquênio já fez o seu serviço custar entre 22% e 97% da arrecadação tributária das vinte economias mais endividadas em 2022, gerando estresse fiscal com impactos sociais, econômicos e ambientais relevantes nessas economias.[5]

O papel das finanças públicas para a transformação produtiva e o desenvolvimento econômico é bem conhecido na literatura e na história econômica moderna. A base do crescimento com mudança estrutural e melhoria de vida dos cidadãos se encontra na capacidade de mobilizar e executar de forma eficiente recursos que nos conectem com o futuro, seja por meio de estímulos fiscais, seja por mecanismos internacionais de alavancagem para viabilizar projetos de longo prazo de maturação, como bancos e fundos multilaterais de desenvolvimento.

Essa conexão com o futuro nos leva hoje inevitavelmente à Agenda 2030, com seus objetivos e metas fundamentais para garantir que se chegue o mais próximo do lema de "não deixar ninguém para trás". Os grandes desafios sociais e ambientais que o mundo enfrenta pedem cooperação internacional e só poderão ser enfrentados efetivamente com a ampliação substantiva e melhoria

1. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/rtm29apresenta
2. Coordenador deste número.
3. Coordenador deste número.
4. Editor da revista.
5. Segundo dados da UNCTADstat.

na governança do financiamento ao desenvolvimento vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos efeitos sobre a vida na Terra advindos das mudanças climáticas. Finanças de impacto são o meio sem o qual não se pode pensar a governança global nas próximas décadas a fim de atingir esses objetivos.

A 27ª Conferência das Partes (COP27) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada no Egito em 2022, com foco na implementação daquilo que fora aprovado na Escócia no ano anterior, reforçou a centralidade da agenda de financiamento de projetos de mitigação, adaptação ou compensação por perdas e danos vinculados às mudanças climáticas para se fazer avançar a cooperação com entregas efetivas que ajudem a alcançar os compromissos do Acordo de Paris. Ela também escancarou contradições nas ações de países desenvolvidos, particularmente quanto à disposição de alocar recursos para novos instrumentos financeiros de apoio a países mais pobres e vulneráveis climaticamente.

Ainda sobre a centralidade do tema do financiamento ao desenvolvimento sustentável na pauta global contemporânea, cabe mencionar a iniciativa do Grupo dos Vinte (G20) de avaliação de adequação de capital dos bancos multilaterais de desenvolvimento, que sinaliza a necessidade de aumento de capital disponível e de revisão de níveis de tolerância ao risco pelas instituições, ganhando espaço prioritário na agenda da presidência indiana do grupo em 2023, juntamente com o tema da renegociação de dívidas de países muito endividados.

É nesse contexto que o Brasil inicia nova jornada de reposicionamento global e de busca de desenvolvimento econômico socialmente e ambientalmente justo. A reconstrução de uma economia moderna, integrada ao mundo, capaz de utilizar bem seu capital ambiental e reduzir desigualdades sociais e regionais é objetivo que anima e inspira a nação brasileira no atual contexto histórico. O caminho dessa reconstrução nacional é o que nos conecta com o futuro, e o financiamento ao desenvolvimento é a via para um país com mais renda, produtividade, emprego e justiça social e ambiental.

Uma nova agenda fiscal, que viabilize espaço para investimentos no Brasil, deve se associar com uma política econômica externa ativa e que se paute na ampliação da atuação do país em bancos e fundos multilaterais de desenvolvimento, buscando tanto o aumento nos montantes de capital investidos em projetos no país, quanto a conexão das agendas substantivas de ação dessas instituições com interesses brasileiros no mundo. Articulação com outras agências internacionais de financiamento e novos fundos, especialmente voltados às questões das mudanças climáticas, também merecem atenção do Brasil na atual conjuntura.

Essa pauta, que vincula o doméstico ao internacional e traz a relevância das finanças públicas para o desenvolvimento sustentável, deve igualmente ser

central para a presidência brasileira do G20 e do BRICS[6] em 2023. O Brasil pode catalisar interesses comuns com países pobres e em desenvolvimento e buscar a revisão da governança financeira global de forma a viabilizar um mundo muito mais desenvolvido e justo do que temos hoje. A *Revista Tempo do Mundo* nº 22 abordou, em dez artigos, os dez anos do BRICS e seus desafios.

A integração regional na América do Sul, que volta a ter prioridade na política externa brasileira, demanda igualmente atenção quanto à viabilidade de projetos que auxiliem a conexão produtiva entre o Brasil e seus vizinhos na região. Iniciativas de financiamento de infraestrutura física, como o corredor bioceânico que vai ligar o Mato Grasso do Sul no Brasil aos portos do Norte do Chile, passando pelo Chaco paraguaio e por províncias no noroeste argentino, devem ser apoiadas como parte de uma estratégia de longo prazo de adensamento de relações e aproveitamento de oportunidades de negócios com base nas vantagens comparativas instaladas, mas também de criação de vetores de desenvolvimento baseados em novos laços produtivos em novas cadeias. Esses temas foram debatidos na *Revista Tempo do Mundo* nº 23 sobre integração e fragmentação da América do Sul e voltarão à pauta no nº 30 de nossa publicação sobre *América do Sul, Latina e Caribe*: *por que e como buscar a integração regional*.

Esse contexto de integração regional ganha ainda maior relevância quando se pensa nos desafios do desenvolvimento da Amazônia. Viabilizar financiamento adequado, seja por meios domésticos ou internacionais, para garantir o progresso econômico da região embasado em princípios de economia verde merece priorização na atuação brasileira sobre o tema, como foi tratado em profundidade na *Revista Tempo do Mundo* nº 27 sobre os desafios da Amazônia.

Nesse sentido, esta edição não poderia ser publicada em melhor momento. Ela aborda temas importantes para a agenda brasileira e global sobre financiamento ao desenvolvimento, desde a patente necessidade de se ter uma estratégia do Brasil para atuação em bancos multilaterais, passando por avaliações de instituições e iniciativas nacionais e internacionais que se vinculam à Agenda 2030, até análises de aspectos específicos do financiamento à infraestrutura.

Este número da *Revista Tempo do Mundo* conta com treze artigos e uma introdução especial de Stephany Griffith-Jones que contextualiza o debate sobre o papel dos bancos de desenvolvimento no financiamento do desenvolvimento, destacando o renascimento dos bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento após a crise financeira do Atlântico Norte e a pandemia de covid-19. Considera-se que agora os bancos de desenvolvimento são ainda mais importantes em face das

6. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

dificuldades que existem a nível internacional devido à invasão da Ucrânia e dos riscos de inflação e recessão a nível global (Griffith-Jones, 2022).

O primeiro artigo, de Lucas Pavan Lopes, trata das negociações sobre financiamento para o desenvolvimento nas Nações Unidas, abordando seu histórico, os interesses em disputa e as perspectivas para a atuação brasileira. O texto analisa o processo multilateral desde os anos 1960, com a formulação e a defesa do conceito de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), até a gênese dos marcos contemporâneos, com o Consenso de Monterrey de 2002, abordando os dilemas do financiamento de uma agenda de desenvolvimento universal e diversificada e a dificuldade de obtenção de consensos no plano negociador. A partir de análise da posição atual do Brasil, ao mesmo tempo integrante do Grupo dos 77 e China (G77 + China) e aspirante ao ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o artigo avalia os campos em que persistem divergências e aqueles em que se verificam processos de convergência, incluindo a cooperação tributária internacional, a cooperação para o desenvolvimento e a participação do setor privado no financiamento do desenvolvimento (Lopes, 2022).

O segundo artigo, de Marcos Vinicius Chiliatto, debate a posição estratégica do Brasil nos bancos multilaterais de desenvolvimento em um contexto de rivalidade sino-americana e crescente importância do multilateralismo. O autor avalia que o Brasil tem posição de destaque tanto nas instituições tradicionalmente de liderança estadunidense como nas exclusivamente latino-americanas e nos novos espaços da liderança emergente da China e sugere ações no sentido de coordenar presença brasileira na governança das diferentes instituições, considerar novos aportes de capital e contribuir para fundos geridos por bancos multilaterais com o objetivo de fortalecer agendas do desenvolvimento (Chiliatto, 2022).

O terceiro artigo, de Fernando Amorim Teixeira, aborda o financiamento à infraestrutura pós-2008 no Brasil, com uma reflexão sobre mecanismos de atração de investidores privados. A partir de uma abordagem histórico-dedutiva, são elencados aspectos das políticas macroeconômicas e financeiras e da evolução do arcabouço institucional doméstico em dois subperíodos (2008-2014 e 2015-2019), para, posteriormente, confrontá-los com os resultados em termos de investimento. O autor conclui que no pós-2008 houve atração considerável de capital privado para projetos *greenfield* como efeito *crowding-in* da atuação de empresas estatais brasileiras – utilizadas como dínamos de uma agenda positiva de investimentos. Já no período subsequente, optou-se por uma ancoragem de expectativas exclusivamente via preços de equilíbrio, com a inversão nos mecanismos de financiamento culminando em maior participação do mercado de capitais, resultando na redução do nível de investimento agregado em infraestrutura no país (Teixeira, 2022). O artigo *Sistema de Garantias Públicas para o Investimento em Infraes*trutura *na Europa e no Brasil*: *panaceia em tempos de austeridade?*,

de Antonio José Alves Junior, Andre de Melo Modenesi, Lucas Bressan de Andrade e Gabriel Guerra, publicado por esta revista em 2018, ajuda a contextualizar o debate sobre financiamento à infraestrutura no Brasil em perspectiva comparada (Alves Junior *et al.*, 2018).

O quarto artigo, de Luiz Alberto Marques Vieira Filho e David Deccache, propõe repensar o financiamento do desenvolvimento à luz da Teoria Monetária Moderna (TMM), debatendo como esta pode oferecer instrumentos relevantes para que os países superem problemas estruturais. Os autores apontam que em países emissores de moeda soberana o Estado pode e deve participar ativamente do financiamento ao desenvolvimento e que a financeirização cria problemas aos países centrais que antes eram restritos aos países periféricos, especialmente no que diz respeito ao financiamento da inovação (Vieira Filho e Deccache, 2022).

O quinto artigo, de João Pedro Braga, Bruno De Conti e Guilherme Magacho, trata do Novo Banco de Desenvolvimento como uma instituição orientada à missão de financiar a transição ecológica nos países do BRICS por meio de parcerias com atores locais e instituições comprometidas com a noção de valor público. O trabalho analisa cinco projetos vinculados às primeiras operações do banco e sugere um roteiro para a mudança na definição da estratégia corporativa do banco, de seu atual foco restrito no investimento em infraestrutura sustentável para a direção de parcerias com atores locais da comunidade de desenvolvimento do BRICS (Braga, Conti e Magacho, 2022). Há dois artigos publicados por esta revista em 2017 que ajudam a contextualizar a agrupação do BRICS em relação ao financiamento ao desenvolvimento: *Hierarquia dos Estados no Regime Econômico-Financeiro: os BRICS e a governança econômica global*, de Jaime Cesar Coelho e Marília Romão Capinzaiki, e *A Atuação de Países Emergentes na Governança das Instituições Multilaterais de Desenvolvimento: a experiência de alguns países do BRICS*, de José Nelson Bessa Maia (Coelho e Capinzaiki, 2017; Maia, 2017).

O sexto artigo, de Ticiana Gabrielle Amaral Nunes, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho, Giulia Marianna Rodrigues Di Marco e Marco Aurélio Alves de Mendonça, trata da Iniciativa Cinturão e Rota e da cooperação internacional para o desenvolvimento da China na América Latina, avaliando os movimentos de adesões e de hesitações. O texto analisa a expansão dos financiamentos de bancos chineses na Argentina, no Brasil e no México, argumentando que apesar da cooperação promovida pela China não corresponder à definição convencional do conceito estrito do termo, há consequências tangíveis que são desencadeadas nas economias regionais e em sua dependência *vis-à-vis* doadores tradicionais (Nunes *et al.*, 2022).

O sétimo artigo, de Karin Costa Vazquez, Cristina Reis, João Prates Romero, Fernanda Cimini, Luma Ramos e Márcio Alvarenga, apresenta a metodologia e os resultados do estudo-base do Plano 2030 da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), trazendo reflexões sobre o desenvolvimento sustentável brasileiro para a década atual. O objetivo do plano é catalisar grande monta de recursos de dezenas de instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) a fim de promover a implementação dos ODS. A base teórica epistemológica interdisciplinar utilizada no Plano ABDE 2030, combinada com ferramentas de análise quantitativas e qualitativas alinhadas com recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), pode contribuir para o aprimoramento do planejamento do desenvolvimento em diferentes situações (Vazquez *et al.*, 2022). O oitavo artigo também discute estratégias de financiamento ao desenvolvimento vinculadas aos ODS. Nesse sentido, o texto de Adriano Filipe da Silva Maia e Beatrice Furquim Werneck Leite avalia a reorientação estratégica do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e os primeiros impactos observados nas relações econômicas e sociais do estado de Minas Gerais, a partir de dados extraídos das demonstrações financeiras e relatórios disponibilizados pelo banco (Maia e Leite, 2022).

Já o nono artigo, de Maria Paula Vieira Cicogna, Rudinei Toneto Junior, Amaury Patrick Gremaud e Alexandre Ganan de Brites Figueiredo, trata do financiamento do saneamento, a partir da análise das linhas de crédito e do perfil do endividamento das sociedades anônimas no Brasil. O financiamento público por meio de bancos de desenvolvimento ainda é a principal fonte de recursos do setor, embora a captação via debêntures seja relevante e exista grande espaço para diversificação. Os autores sugerem que o alongamento dos prazos dos financiamentos e a redução do custo de capital, o estímulo à participação ativa dos bancos de desenvolvimento como agentes de financiamento e a garantia de maior segurança jurídica e contratual para as empresas do setor são os elementos fundamentais para ampliar o financiamento ao saneamento e alcançar as metas de universalização do serviço desse setor (Cicogna *et al.*, 2022).

O décimo artigo, de André Pineli, é o responsável por trazer a esta edição uma análise da conexão entre investimentos externos, produtividade e mudança estrutural, fenômeno que embasa a atuação de instituições financeiras de desenvolvimento. Por meio de dados setoriais de doze economias pós-comunistas da Europa, o autor avalia o efeito dos investimentos estrangeiros sobre o crescimento da produtividade e sobre a mudança estrutural, demonstrando que ele depende da qualidade institucional, da dotação de capital humano, do grau de envolvimento em cadeias de valor e do alinhamento a vantagens comparativas dos países analisados (Pineli, 2022).

Já o artigo *New Space e Poder Monetário*: *os Estados Unidos no setor espacial pós-crise financeira de 2008*, de Patrícia de Oliveira Matos, complementa a pauta da revista com uma agenda que envolve a fronteira do nosso mundo como o conhecemos e suas conexões com o desenvolvimento. A expressão *new space* denota as transformações causadas pela atração de empresas privadas em cadeias de valor do setor espacial. A autora reitera que a ascensão do *new space* se deve fundamentalmente à política monetária dos Estados Unidos no pós-crise de 2008 e ao uso do poder de seu orçamento para a realização de contratações bilionárias no setor espacial privado (Matos, 2022). Este artigo tem pontos de contato com o trabalho *Desigual e Combinado: a expansão e queda do desenvolvimento de uma potência emergente sob a ótica da Embraer*, de Aaron Schneider e Rafael Ioris, publicado por esta revista em 2018 (Schneider e Ioris, 2018).

Voltando à conexão com a Terra e aos nossos desafios climáticos, este número da *Revista Tempo do Mundo* traz um artigo com reflexões sobre a adaptação da função Cobb-Douglas para trabalhar em economia circular, conectada à implementação de um biodigestor em São José dos Pinhais. As autoras do estudo, Eliana Hellvig e Thais Flores-Sahagun, demonstram a importância das políticas públicas para ações de desenvolvimento sustentável nas cidades e ressaltam que no caminho para cumprir com os ODS faz-se necessária a inclusão de novos fatores de produção (rejeições para reciclagem, compostagem e energia) na função Cobb-Douglas operando em uma economia circular (Hellvig e Flores-Sahagun, 2022).

Por fim, a temática de integração regional, tema central do próximo número da *Revista Tempo do Mundo* e já abordado com profundidade em nossa edição 23, marca presença na atual com o artigo de Federico Dulcich sobre desenvolvimento tecnológico e industrialização periférica, tomando em conta uma análise da cadeia automotiva na União Europeia e no Mercado Comum do Sul (Mercosul). O autor enfoca em sua análise a capacidade de desenvolver tecnologia endogenamente. Os resultados ratificam a hipótese de que a inovação está concentrada nos nós da cadeia europeia, ficando para as periferias, Mercosul inclusive, processos produtivos dissociados do desenvolvimento tecnológico no setor e seus efeitos de transbordamento, sinalizando desafios relevantes que igualmente se conectam à agenda de financiamento ao desenvolvimento na região (Dulcich, 2022).

A *Revista Tempo do Mundo* busca permanentemente fomentar o diálogo entre a academia e os formuladores e executores de políticas públicas em temas de economia e política internacionais, com pluralidade metodológica e diversidade de abordagens. Neste número estão reunidas relevantes discussões sobre financiamento ao desenvolvimento, assim como artigos complementares que dialogam com temas apresentados em outras edições.

REFERÊNCIAS

ALVES JUNIOR, A. J. *et al*. Sistema de garantias públicas para o investimento em infraestrutura na Europa e no Brasil: panaceia em tempos de austeridade? **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 147-177, jan. 2018.

BRAGA, J. P.; CONTI, B. de; MAGACHO, G. The New Development Bank (NDB) as a mission-oriented institution for just ecological transitions: a case study approach to BRICS sustainable infrastructure investment. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 139-164, 2022.

CHILIATTO, M. V. O Brasil e sua posição estratégica nos bancos multilaterais de desenvolvimento. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 57-84, 2022.

CICOGNA, M. *et al*. Financiamento do saneamento: linhas de crédito e perfil do endividamento das sociedades anônimas no Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 295-334, 2022.

COELHO, J. C.; CAPINZAIKI, M. R. Hierarquia dos Estados no regime econômico-financeiro: os BRICS e a governança econômica global. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 131-154, 2017.

DULCICH, F. Technological development and peripheral industrialisation within the framework of global value chains: the cases of the automotive chain in the EU and Mercosur. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 435-471, 2022.

GRIFFITH-JONES, S. The key roles of development banks. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 15-19, 2022.

HELLVIG, E.; FLORES-SAHAGUN, T. Reflections on the adaptation of the Cobb-Douglas function to work in circular economy starting with the implementation of a biodigester in São José dos Pinhais. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 409-434, 2022.

LOPES, L. As negociações sobre financiamento para o desenvolvimento nas Nações Unidas: histórico, interesses e perspectivas para a atuação brasileira. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 29-55, 2022.

MAIA, A.; LEITE, B. Financiamento ao desenvolvimento alinhado aos ODS da ONU: a reorientação estratégica do BDMG. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 271-293, 2022.

MAIA, J. N. B. A atuação de países emergentes na governança das instituições multilaterais de desenvolvimento: a experiência de alguns países do BRICS. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 163-192, 2017.

MATOS, P. *New space* e poder monetário: os Estados Unidos no setor espacial pós-crise financeira de 2008. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 287-498, 2022.

NUNES, T. *et al*. Iniciativa Cinturão e Rota e a cooperação internacional para o desenvolvimento da China na América Latina: entre adesões e hesitações. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 165-205, 2022.

PINELI, A. FDI, productivity growth and structural change in European post-communist countries: an industry-level analysis. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 335-386, 2022.

SCHNEIDER, A.; IORIS, R. R. Desigual e combinado: a expansão e queda do desenvolvimento de uma potência emergente sob a ótica da Embraer. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 217-245, 2018.

TEIXEIRA, F. Financiamento à infraestrutura pós-2008 no Brasil: uma reflexão sobre mecanismos de atração de investidores privados. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 85-111, 2022.

VAZQUEZ, K. *et al*. Cinco missões para o desenvolvimento transformador do Brasil: metodologia e resultados do estudo-base do Plano ABDE 2030 de desenvolvimento sustentável. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 207-270, 2022.

VIEIRA FILHO, L. A. M.; DECCACHE, D. Repensando o financiamento do desenvolvimento à luz da teoria monetária moderna. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 113-138, 2022.